

ÉTICA DOCENTE E TECNOLOGIAS DIGITAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EQUIDADE

Fernanda Rodrigues dos Santos Faisca
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
fernandarsfaisca@gmail.com

Mysllene Gomes do Nascimento
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
mysllenegomesdonascimento@gmail.com

Beatriz Nogueira da Silva Reis Pacheco
*Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em
Cognição e Linguagem da UENF*
biareispacheco.BP5@gmail.com

Resumo

A educação contemporânea é atravessada pela presença intensiva das tecnologias digitais, especialmente no Ensino Médio, onde sua mediação se tornou central no processo de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Embora essas ferramentas ampliem as possibilidades pedagógicas, elas também evidenciam — e muitas vezes aprofundam — desigualdades históricas, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidade social. Este trabalho busca analisar como a articulação entre prática pedagógica, ética docente e tecnologias digitais pode contribuir para enfrentar desigualdades educacionais, com ênfase no acesso ao ensino superior. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e analítica, fundamentando-se em autores como Freire, Saviani, Castells, Buckingham e Dayrell. A reflexão considera, ainda, situações recorrentes do cotidiano escolar em municípios como Campos dos Goytacazes, utilizadas como exemplo para ilustrar os desafios enfrentados. Argumenta-se que o uso das tecnologias na escola requer mediação crítica e posicionamento ético, de modo a não reproduzir exclusões, mas favorecer o direito à aprendizagem. Conclui-se que a ética docente, mais do que domínio técnico, exige uma ação pedagógica situada e comprometida com a construção de equidade no contexto escolar.

Palavras-chave: Tecnologias digitais, Ética docente, Equidade escolar.

Abstract

Contemporary education is increasingly shaped by the intensive presence of digital technologies, especially in high school, where their mediation has become central in the preparation for the National High School Exam (ENEM). While these tools broaden pedagogical possibilities, they also expose — and often deepen — preexisting inequalities, particularly in socially vulnerable contexts. This paper analyzes how the articulation between pedagogical practice, teacher ethics, and digital technologies can contribute to addressing educational inequalities, with an emphasis on access to higher education. The research adopts a bibliographic and analytical approach, drawing on authors such as Freire, Saviani, Castells, Buckingham, and Dayrell. The reflection also considers recurrent situations observed in public school contexts in municipalities like Campos dos Goytacazes, as illustrative examples of broader challenges. It argues that the use of digital technologies in schools requires critical mediation and ethical commitment, aiming not to reproduce exclusions, but to ensure the right to learning. It concludes that teacher ethics, more than technical competence, demands pedagogical action rooted in reality and committed to equity.

in education.

Keywords: Digital technologies, Teacher ethics, School equity.

Introdução

As tecnologias digitais têm se consolidado como elementos estruturantes das práticas escolares contemporâneas, modificando profundamente os modos de ensinar, aprender e produzir conhecimento. No Ensino Médio, essas transformações tornam-se especialmente significativas, pois essa etapa marca o encerramento da educação básica e o início de processos decisivos, como a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como observa Castells (2017), a participação na cultura digital depende de condições sociais, tecnológicas e econômicas que não se distribuem de forma igualitária na sociedade em rede, o que repercute diretamente nas oportunidades educacionais dos estudantes. Além disso, as demandas por letramento digital tornam-se cada vez mais centrais para a formação cidadã e o ingresso no ensino superior.

Embora as tecnologias digitais ampliem possibilidades pedagógicas, sua presença na escola revela tensões importantes. Buckingham (2007) argumenta que o simples acesso a dispositivos não garante aprendizagens, uma vez que a cultura midiática opera por lógicas próprias, que exigem competências críticas e mediação qualificada. No cotidiano escolar, isso se traduz em desigualdades no uso de plataformas digitais, na familiaridade com seus códigos e no acesso a recursos básicos de conectividade — fatores que afetam de modo direto a preparação dos estudantes para avaliações de larga escala como o ENEM. Em contextos marcados por desigualdades históricas, essas limitações tecnológicas tornam-se barreiras concretas à equidade educacional.

Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir a ética docente como dimensão orientadora do uso das tecnologias digitais. Inspirado na perspectiva freireana, segundo a qual ensinar é sempre um ato político e comprometido com a emancipação dos sujeitos (FREIRE, 1996), o papel do professor não pode ser reduzido ao domínio técnico de ferramentas. Saviani (2008) complementa essa visão ao defender que a prática pedagógica deve considerar as condições objetivas dos estudantes, de forma a não reproduzir desigualdades estruturais. Assim, a presença da tecnologia na escola requer escolhas pedagógicas que considerem não apenas seu potencial formativo, mas também as desigualdades que ela pode aprofundar. Trata-se de uma ética situada, capaz de responder às especificidades de contextos periféricos, como os vividos por grande parte da juventude da escola pública.

No contexto do Ensino Médio, essas questões ganham ainda mais relevância diante das expectativas e pressões associadas ao acesso ao ensino superior. Como aponta Dayrell (2007), o jovem vive essa etapa escolar como momento de definição de projetos de vida, o que torna o acesso ao conhecimento — e às condições para estudá-lo — um fator central. A desigualdade digital, portanto, não é apenas um problema técnico, mas uma barreira concreta para a equidade educacional. Essa barreira incide diretamente na possibilidade de mobilidade social, afetando, inclusive, o desempenho dos estudantes em exames como o ENEM e as chances reais de ingresso no ensino superior.

Com base nessas discussões, este trabalho tem como objetivo analisar como a articulação entre ética docente, tecnologias digitais e práticas pedagógicas pode contribuir para processos educativos mais equitativos no Ensino Médio, especialmente no que se refere à preparação para o ENEM. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e analítica, apoiando-se em autores que problematizam a relação entre cultura digital, justiça social e formação crítica. A escolha por esse recorte se justifica pela centralidade que o ENEM assume como porta de entrada para o ensino superior, tornando-se, portanto, um marcador importante de desigualdades educacionais.

O artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. Na fundamentação

teórica, são apresentados os conceitos centrais que sustentam a discussão: ética docente, equidade escolar e tecnologias digitais. Em desenvolvimento do tema, analisa-se o papel das tecnologias na preparação para o ENEM e as desigualdades de acesso que atravessam esse processo. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos e apontam-se caminhos para práticas pedagógicas mais sensíveis às diferenças e orientadas por uma ética comprometida com a justiça educacional.

2. Fundamentação teórica

2.1 Ética docente como compromisso político-pedagógico

No que se refere à ética docente, parte-se da compreensão de que ensinar é um ato atravessado por escolhas morais, sociais e políticas. Freire (1996) afirma que não há neutralidade na educação: todo ato de ensinar implica uma visão de mundo, um posicionamento diante da realidade e uma responsabilidade com a formação do outro. Nesse sentido, a ética docente não pode ser reduzida a códigos de conduta, mas deve ser compreendida como um compromisso com a dignidade dos sujeitos e com a transformação social. Saviani (2008), ao abordar a relação entre educação e trabalho, reforça essa perspectiva ao destacar que a prática pedagógica deve considerar as condições concretas dos educandos, situando-se em uma ética da responsabilidade e da justiça.

Essa concepção é aprofundada por Saviani (2008), que associa a prática pedagógica às condições objetivas de existência dos estudantes. Para o autor, uma educação verdadeiramente ética é aquela que reconhece as desigualdades históricas e busca superá-las por meio de ações intencionais. O docente, portanto, é convocado a refletir sobre sua prática, situando-a em relação às condições concretas de vida dos sujeitos que ensina. Tal postura requer sensibilidade social, formação crítica e compromisso com a justiça educacional.

Nesse contexto, a ética docente ganha uma dimensão ainda mais relevante diante dos desafios impostos pela cultura digital. A velocidade das transformações tecnológicas exige do educador não apenas atualização técnica, mas principalmente discernimento ético para lidar com os impactos dessas mudanças sobre a formação dos estudantes. O uso das tecnologias na escola precisa ser orientado por uma ética da responsabilidade, que leve em conta as condições de acesso, as diferenças culturais e os riscos de exclusão digital.

2.2 Equidade escolar e as desigualdades estruturais

A equidade escolar, enquanto princípio norteador da justiça educacional, requer uma compreensão profunda das desigualdades históricas e estruturais que atravessam o sistema de ensino brasileiro. Segundo Dayrell (2007), os jovens não apenas frequentam a escola, mas a vivenciam como espaço de construção de sentidos e de projetos de vida. No Ensino Médio, esse processo é intensificado pelas expectativas de acesso à universidade e ao mundo do trabalho, o que torna ainda mais urgente o enfrentamento das barreiras que dificultam a aprendizagem com qualidade para todos.

Entender equidade não se limita a oferecer o mesmo para todos, mas sim garantir que cada estudante tenha acesso às condições necessárias para aprender. Isso implica reconhecer que alunos partem de pontos de partida desiguais, impactados por fatores como classe social, raça, território e acesso à tecnologia. Em muitas escolas públicas, especialmente nas periferias urbanas, as limitações materiais, pedagógicas e estruturais comprometem o pleno desenvolvimento das potencialidades juvenis. Nesse cenário, práticas pedagógicas que ignoram essas desigualdades tendem a reforçar os mecanismos de exclusão escolar.

Uma perspectiva de equidade exige, portanto, que o trabalho docente seja atravessado por uma intencionalidade ética e crítica. O professor não pode assumir uma

postura neutra diante das diferenças: é preciso agir para garanti-las como direito e não como privilégio. Isso envolve repensar o currículo, as metodologias, a avaliação e, sobretudo, o uso das tecnologias digitais, que, quando mal implementadas, podem aprofundar ainda mais as distâncias entre os que já têm acesso e repertório e aqueles que estão à margem do mundo digital. Promover equidade é, assim, um desafio cotidiano que demanda consciência política e compromisso pedagógico com a justiça social.

2.3 Tecnologias digitais e mediação pedagógica crítica

Essa ética ganha contornos ainda mais complexos quando inserida no contexto de desigualdades tecnológicas. A presença das tecnologias digitais na escola não é, por si só, garantia de inovação ou de melhoria da aprendizagem. Como adverte Buckingham (2007), a cultura digital é marcada por fluxos de informação fragmentados, lógicas de mercado e dinâmicas de consumo que podem comprometer o processo educativo quando não há mediação crítica. Nesse sentido, cabe ao docente o papel de curador, mediador e orientador das experiências digitais dos estudantes, reconhecendo suas potências, mas também seus riscos.

Castells (2017), ao discutir a sociedade em rede, afirma que o acesso à informação não se traduz automaticamente em inclusão social. A exclusão digital é uma das novas formas de desigualdade contemporânea e tende a reproduzir ou acentuar desigualdades já existentes. No contexto escolar, isso significa que estudantes com menor acesso à internet, a dispositivos tecnológicos ou a espaços adequados de estudo têm sua experiência educativa comprometida, especialmente quando o uso das tecnologias não é acompanhado de mediação pedagógica.

Portanto, pensar as tecnologias digitais na escola exige um olhar que ultrapasse a dimensão instrumental. Trata-se de compreendê-las como parte de uma cultura mais ampla, com lógicas próprias, mas também como dispositivos que podem ser mobilizados para fins emancipatórios, desde que mediados por uma prática docente eticamente orientada e sensível às desigualdades. Essa é a direção que orienta a análise desenvolvida na próxima seção.

3. Desenvolvimento do tema

3.1 Desigualdade digital no Ensino Médio

No município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, as desigualdades sociais e educacionais se evidenciam de maneira significativa quando se observa o uso das tecnologias digitais entre estudantes do Ensino Médio. A cidade, apesar de contar com importantes instituições de ensino superior e certa infraestrutura tecnológica urbana, revela contrastes marcantes entre diferentes regiões. Enquanto escolas centrais podem dispor de acesso regular à internet e laboratórios de informática, unidades localizadas em bairros periféricos ou na zona rural enfrentam limitações estruturais severas.

Na prática docente no município, observa-se que muitos estudantes da rede pública utilizam exclusivamente seus telefones celulares para acessar conteúdos escolares. Esses acessos, em geral, são condicionados por pacotes de dados limitados, ausência de conectividade estável e carência de ambientes domésticos adequados ao estudo. Soma-se a isso o fato de que grande parte desses estudantes precisa conciliar a rotina escolar com o trabalho informal, o que restringe o tempo disponível para os estudos. Esses fatores, somados, agravam o quadro de exclusão digital e limitam a capacidade de acompanhamento das atividades pedagógicas mediadas por tecnologia.

Essa realidade exige uma atuação ética e propositiva por parte dos docentes, que não podem pressupor o uso uniforme das tecnologias por todos os alunos. Estratégias pedagógicas sensíveis ao contexto local, como o uso de materiais impressos

complementares, flexibilização de prazos e a criação de espaços escolares para uso compartilhado da internet, são algumas das práticas possíveis. Mais do que adaptar conteúdos, trata-se de reconhecer a desigualdade como ponto de partida para o planejamento pedagógico, assumindo um compromisso com o direito de aprender em meio às adversidades tecnológicas vividas por grande parte da juventude campista.

3.2 Tecnologias digitais e o ENEM

A preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é, para muitos estudantes da rede pública de Campos dos Goytacazes, um dos momentos mais decisivos de sua trajetória escolar. No entanto, o acesso desigual às tecnologias digitais cria barreiras significativas para a realização desse objetivo. Na prática docente no município, observa-se que os alunos recorrem a plataformas como YouTube, aplicativos de simulado e sites com videoaulas como formas autônomas de complementar os conteúdos trabalhados em sala. Essas estratégias, embora criativas, são limitadas por dificuldades técnicas, como conexão instável e falta de dispositivos adequados.

Além das barreiras técnicas, muitos estudantes enfrentam dificuldades para estabelecer rotinas de estudo contínuas e eficazes fora da escola. A ausência de acompanhamento pedagógico em casa, a escassez de ambientes silenciosos e a exigência de contribuir com a renda familiar tornam o processo de preparação para o ENEM ainda mais desigual. Enquanto alguns conseguem contratar cursinhos on-line ou presenciais, a maioria depende integralmente dos recursos oferecidos pela escola e do próprio esforço individual, em um cenário de precariedade formativa agravada pelas desigualdades digitais.

Outro fator que aprofunda essa desigualdade é o crescimento de plataformas educacionais baseadas em inteligência artificial. Embora tais recursos apresentem potencial para personalizar o aprendizado, as versões mais completas e eficazes geralmente são pagas, o que limita seu acesso por estudantes da rede pública. Na prática docente no município, percebe-se que mesmo quando os estudantes têm conhecimento sobre essas ferramentas, muitos não conseguem utilizá-las de forma contínua por falta de recursos financeiros ou de familiaridade com suas funcionalidades. Essa exclusão do acesso às inovações tecnológicas mais avançadas amplia a distância entre os que conseguem se beneficiar dessas ferramentas e os que permanecem à margem da cultura digital.

Nesse contexto, a mediação pedagógica assume um papel fundamental. O professor precisa atuar como articulador entre os conteúdos exigidos pelo ENEM e os recursos disponíveis aos estudantes, construindo pontes entre as exigências da avaliação e a realidade concreta de seus alunos. Isso pode envolver desde a seleção criteriosa de materiais acessíveis, até a organização de grupos de estudos, uso coletivo de recursos tecnológicos nas escolas e orientação para o uso crítico das plataformas digitais. A ética docente, aqui, se expressa na capacidade de transformar as desigualdades em pauta pedagógica, reconhecendo-as não como impedimento, mas como base para intervenções que promovam justiça educacional.

3.3 Implicações éticas e pedagógicas

A desigualdade digital impõe ao professor desafios que não podem ser enfrentados com neutralidade. A mediação docente, nesse cenário, deve assumir uma intencionalidade ética, capaz de reconhecer as diferentes realidades vividas pelos estudantes. Em Campos dos Goytacazes, a prática docente revela que, diante de um cenário de exclusão digital, muitos professores precisam reinventar suas estratégias para garantir algum nível de equidade no acesso ao conhecimento. Isso inclui adaptações metodológicas, escuta ativa e sensibilidade ao cotidiano dos alunos, reforçando o papel da docência como prática socialmente engajada.

Contudo, é preciso reconhecer os limites da ação pedagógica individual frente

às desigualdades estruturais. Professores também enfrentam carência de formação continuada, falta de suporte técnico e ausência de infraestrutura adequada nas escolas públicas. Essas limitações tornam a tarefa da mediação crítica ainda mais complexa e solitária, gerando sobrecarga e sensação de impotência diante das exigências educacionais contemporâneas. A ética docente, nesse caso, não pode ser compreendida como responsabilidade isolada, mas como parte de uma rede de corresponsabilidades institucionais e políticas.

É nesse ponto que emergem com força as políticas públicas como elemento central para a promoção da equidade digital. Investimentos em conectividade, aquisição de dispositivos para uso escolar, formação docente para o letramento digital crítico e o acesso gratuito a plataformas de inteligência artificial são medidas urgentes. Essas políticas devem considerar as especificidades territoriais, como no caso de Campos dos Goytacazes, onde as desigualdades educacionais se manifestam de forma acentuada. Somente com a articulação entre compromisso ético individual e ação política coletiva será possível enfrentar os desafios impostos pela cultura digital e construir caminhos para uma educação pública mais justa e democrática.

4. Considerações finais

A presença das tecnologias digitais no cotidiano escolar representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade formativa e um desafio ético-pedagógico. No Ensino Médio, especialmente, onde se intensificam as expectativas em torno do ENEM e do acesso ao ensino superior, o papel dessas tecnologias torna-se decisivo. No entanto, sua apropriação nos contextos escolares brasileiros — e particularmente em municípios como Campos dos Goytacazes — ainda é atravessada por desigualdades estruturais que comprometem a equidade no processo educacional.

Este artigo buscou compreender como a articulação entre ética docente, tecnologias digitais e práticas pedagógicas pode contribuir para o enfrentamento dessas desigualdades, sem cair em soluções tecnicistas ou em narrativas idealizadoras. A partir de uma abordagem bibliográfica e analítica, amparada nos aportes de Freire (1996), Saviani (2008), Buckingham (2007) e Castells (2017), argumentou-se que o uso das tecnologias na escola não é neutro: ele exige decisões pedagógicas orientadas por valores éticos, atentos às condições reais de existência dos estudantes.

Na experiência docente em escolas públicas de Campos dos Goytacazes, observa-se que a exclusão digital ultrapassa a falta de equipamentos e alcança dimensões mais profundas: ausência de espaços adequados de estudo, pacotes de dados limitados, necessidade de trabalho informal e precariedade das políticas de apoio à permanência escolar. Esses elementos configuram barreiras concretas que afetam diretamente o acesso aos conteúdos curriculares mediados por plataformas digitais e, por consequência, comprometem o desempenho em avaliações como o ENEM.

Nesse cenário, a atuação ética do professor torna-se ainda mais relevante. A mediação pedagógica precisa ser crítica e sensível às desigualdades, assumindo uma postura propositiva na construção de caminhos que possibilitem o acesso equitativo ao conhecimento. Isso inclui o reconhecimento das limitações materiais dos estudantes, a valorização de saberes diversos e a proposição de estratégias que não dependam exclusivamente da conectividade ou do uso de plataformas pagas. Além disso, é necessário considerar que, mesmo quando os recursos tecnológicos estão disponíveis, a ausência de orientação pedagógica pode dificultar o aproveitamento dos estudantes, o que reforça a importância do professor como mediador consciente e intencional.

Entretanto, como discutido ao longo do texto, essa responsabilidade não pode ser individualizada. O compromisso com a equidade digital exige também a atuação do Estado por meio de políticas públicas que garantam infraestrutura tecnológica, conectividade de qualidade, formação continuada de professores e acesso a plataformas gratuitas — inclusive aquelas baseadas em inteligência artificial, que hoje se tornam ferramentas importantes, mas inacessíveis a grande parte dos estudantes da

rede pública. Iniciativas como o Programa Educação Conectada, ainda que com limitações, podem servir como ponto de partida para pensar ações estruturadas, desde que articuladas às necessidades reais das escolas e territórios.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma educação digitalmente justa exige o entrelaçamento entre três dimensões: o compromisso ético do professor, a mediação pedagógica crítica e o fortalecimento de políticas públicas inclusivas. A superação das desigualdades digitais e educacionais não ocorrerá por inércia, tampouco será garantida apenas pelo avanço tecnológico. Ela depende de escolhas políticas, de formação comprometida e de práticas pedagógicas enraizadas na realidade dos sujeitos.

Essas reflexões abrem caminhos fecundos para futuras investigações empíricas, especialmente voltadas à escuta de estudantes e docentes em contextos marcados pela desigualdade. Pesquisas qualitativas poderão mapear estratégias locais de enfrentamento, práticas pedagógicas inovadoras e formas de resistência que já operam silenciosamente nas margens do sistema. Com isso, será possível enriquecer a formulação de políticas públicas e fortalecer uma escola pública que não apenas inclua, mas transforme.

Referências

BUCKINGHAM, David. Educação para a mídia: alfabetização, aprendizagem e cultura contemporânea. São Paulo: Loyola, 2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno das relações entre juventude e escola. In: CARVALHO, Marília Pinto de. (Org.). Ensinar e aprender com sentido: experiências e lições da escola pública. São Paulo: Xamã, 2007. p. 133-156.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.